

## Desenvolvimento em redes e abrangência regional no combate à pobreza: o Município de Itaberá, Região Sudoeste do Estado de São Paulo

*Eunice Helena Sguizzardi Abascal<sup>1</sup>*

*Hugo Cardoso Esteves<sup>2</sup>*

---

### RESUMO

O declínio econômico e social de regiões e municípios do interior do Estado de São Paulo que vêm atravessando transformações decorrentes da mecanização do sistema produtivo agrícola e mudanças em sua base produtiva industrial denunciam urgente desafio, a ser enfrentado pelos gestores públicos e também pela sociedade. A substituição de antigas formas e conteúdos produtivos, e a evasão de mão de obra verificada em muitos municípios do interior dos estados brasileiros, em busca de melhores oportunidades, e a informatização da produção industrial e do agronegócio evidenciam a necessidade de análises e de propostas de estratégias de desenvolvimento, capazes de resgatar o círculo virtuoso de geração de emprego e renda. O presente trabalho analisa a Região Sudoeste do Estado de São Paulo, enfocando em especial o Município de Itaberá, na Região Administrativa de Itapeva.

**Palavras-chave:** Região Sudoeste do Estado de São Paulo – Município de Itaberá – Desenvolvimento regional – Redes e sistemas – Estratégia – Redes territoriais e redes digitais

---

---

<sup>1</sup> Professora da FAU Mackenzie e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie. E-mail: eunice.helena@terra.com.br

<sup>2</sup> Engenheiro Civil da Secretaria de Obras Públicas do Município de Itaberá. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie. E-mail: jharqeng@ig.com.br

## INTRODUÇÃO

O declínio econômico e social de regiões e municípios do interior do Estado de São Paulo que vêm atravessando transformações decorrentes da mecanização do sistema produtivo agrícola e mudanças em sua base produtiva industrial denunciam urgente desafio, a ser enfrentado pelos gestores públicos e também pela sociedade. A substituição de formas e conteúdos produtivos, e a evasão de mão de obra verificada em municípios do interior dos estados brasileiros, em busca de melhores oportunidades em centros urbanos polarizadores das funções econômicas nacionais, evidenciam a necessidade de análises e propostas de estratégias de desenvolvimento. Essas estratégias deveriam, por hipótese, ser capazes de resgatar o círculo virtuoso de geração de emprego e renda, considerando os limites endógenos de municípios e regiões. Os processos de mecanização da produção industrial e do agronegócio e a crescente informatização propiciando criar sistemas de gestão digitais acompanham a sociedade contemporânea em seu processo de afirmação, consistindo em indispensável instrumento para a análise crítica do desenvolvimento, em suas múltiplas escalas espaço-temporais.

A Região Sudoeste enfrenta historicamente a estagnação econômico-social, consistindo ainda hoje em uma das regiões deprimidas do estado de São Paulo.

A partir do mapeamento de carências e potencialidades da Região e do Município existentes e de estratégias de geração de emprego e renda, é possível argumentar a favor de que os municípios podem superar as dificuldades de inserção regional ao se inserir em *redes de relações produtivas e logísticas, de alcance regional*. Essas redes podem nascer de projetos de gestão, como produto de políticas públicas, a partir das relações que o uso de ferramentas digitais proporciona. Trata-se de definir, através dessas ferramentas e seu uso social, uma “[...] ação política em defesa dos interesses coletivos” (EGLER, 2007), ao transformar a gestão urbana no contexto da sociedade da informação, procurando novas formas de organização distintas das tradicionais ferramentas burocráticas do Estado.

O conceito de redes admite dupla definição: trata-se de redes de relações econômicas, produtivas e logísticas, concretizadas em processo de concretização no território; e de redes produzidas em suporte digital, caracterizando um projeto de articulações de fluxos produtivos e sociais, tanto no espaço material como no espaço digital. Esses fluxos e sinergias potencialmente concretizáveis podem ser representados no espaço digital, com o auxílio de TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação), ferramenta que possibilita agilidade e dinamismo no reconhecimento de sinergias possíveis, que efetivamente ocorrem, ou ocorrerão no território. Essas redes de mediação entre Estado e sociedade, e de formas interativas, se denominam redes sociotécnicas (EGLER, 2007) e determinam um espaço de (inter) comunicação e associações reais e virtuais dos agentes sociais no espaço urbano e regional.

A partir do exposto se assume, por hipótese, que a inserção de uma região ou território em redes de organização produtiva e logística constitui uma estratégia conceitual e territorial de abrangência complexa que admite, como procedimento, a articulação de um conjunto de sinergias, fluxos e conexões, capazes de estabelecer solidariedades no espaço regional. Essa ação permite potencializar e gerenciar ações para uma economia solidária, como parte de políticas públicas.

Tal rede de solidariedade deve abranger tanto produção como a logística de distribuição de bens e de serviços, pois esses temas constituem o conteúdo atual das relações econômicas e sociais. Essas ações propostas e gerenciadas por políticas públicas devem atualizar a logística de distribuição e circulação. Trata-se de gerenciar a produção material e imaterial (bens, serviços e informação) de uma sociedade, bem como formular e implantar estratégias como fundamento do desenvolvimento endógeno, como condição indispensável para atingir o patamar desejado.

### **Redes sociotécnicas como ferramenta de governo e gestão**

O estabelecimento de redes ou sistemas reticulares através dos quais é possível a representação simbólica ou mapa de interesses e oportunidades de desenvolvimento, permite a formação de coletivos identitários (EGLER, 2007), cujas relações são de natureza dialógica. Os sistemas que possibilitam projetar redes consistem em campos de troca e negociação, bem como de definição de espaços de conflitos e de resistência. Através desses espaços, é possível reconhecer parceiros ou aliados, e também identificar adversários, conhecer suas estratégias e planejar organizações alternativas.

Uma nova base técnica pode servir à ampliação da participação coletiva, formar a opinião pública, indicar caminhos de estratégias de sobrevivência, assim como possibilitar o conhecimento e a partilha das necessidades, carências e soluções, que propiciam bases legítimas para o desenvolvimento.

As redes técnicas fundamentadas nas novas tecnologias de informação possibilitam subverter as formas hierarquizadas e centralizadas de gestão estatal, por outras mais flexíveis e interativas, desenhando e evidenciando as conexões entre os atores sociais, e entre esses e os diferentes órgãos que compõem o Estado. Esses sistemas reticulares, existentes ou latentes como conexões possíveis, podem ser identificados e desenhados, estabelecendo assim o fundamento para um projeto de ação voltado a promover o desenvolvimento. O domínio do espaço como espaço público advém sob esta ótica do reconhecimento do coletivo, que resulta “[...] dos fios invisíveis de comunicação que unem os homens” (EGLER, *op.cit.*). Dessa maneira, redes sociotécnicas, em ambiente digital constituem espaços de interação, flexibilizados e capazes de criar solidariedades cooperativas.

A sociedade do conhecimento vem sendo compreendida como forma de organização reticular. No entanto, estudos realizados por Jacob L. Moreno (*apud* EGLER, *ibid.*), desde 1934, apresentam uma possível sociometria como *network analysis*. Raúl Motta (2005) há que destacar dois enfoques sobre redes, do ponto

de vista da geografia; o material e o social, o que pressupõe que as redes são estruturas de conexões, portanto sistemas topológicos (ABASCAL & BILBAO, 2009), que guardam relação funcional com os vínculos estabelecidos e com os atributos desses. Assim, se as redes são mais do que conexões abstratas, expressam conteúdos reais através dessas conexões. Cabe a definição de Michel Callon (*apud* EGLER, 2007) de que há redes técnico-econômicas, as quais envolvem um conjunto coordenado de atores, empresas, centros de investigação, organismos financeiros, usuários e poderes públicos que interatuam ou podem fazê-lo, e cujas relações consistem nas conexões do sistema ou *net*.

As redes se definem como sistemas de conexões compostas por entidades reais (atores e intermediários), e podem coordenar ações de concepção, distribuição, produção e difusão de procedimentos de produção, de bens e de serviços. Possibilitam amplificar e difundir as possibilidades de transações de mercado, que passam por uma leitura e transcrição a fim de integrar sistemas digitalizados que representam as relações possíveis. Deve-se salientar que o desenvolvimento tecnológico que permite virtualizar sistemas em redes não descarta as condições territoriais, e urge por combinar o virtual e o físico. Dessa maneira, redes virtuais de relações logísticas e de distribuição de bens, mercadorias e serviços implicam organizar fisicamente os deslocamentos e as acessibilidades necessárias no território, para levar a cabo as possibilidades desenhadas no espaço digital.

Cabe lembrar que o uso de TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) para agilizar a gestão territorial e econômica é uma ferramenta para o encurtamento das distâncias e para elaboração de projeto de deslocamentos, no que se refere à organização de mercados consumidores e de produção. Além disso, é possível mapear a presença de produtores, intermediários e consumidores em abrangência territorial de distintas escalas, envolvendo o município e as regiões, amplificando escalas de atuação.

### **Desenvolvimento municipal e regional em redes**

A necessidade de estimular e expandir as condições de desenvolvimento das regiões e dos municípios, com foco nos diversos setores sociais e produtivos, vem se afirmando como estratégia inadiável de políticas públicas e urbanas. A articulação de respostas aos principais problemas de natureza econômica, social e ambiental enfrentados pelos diversos municípios se revela prioritária, quando se trata de promover o desenvolvimento em perspectiva local ou regional.

A indispensável prioridade ao Desenvolvimento Regional é ação crítica fundamental, quando se enfocam possíveis formas de regulação pública cabíveis para diminuir os efeitos da reprodução da pobreza nas regiões interioranas dos estados brasileiros. Simões Lopes (1995) enfatiza que desenvolvimento não é sinônimo de crescimento, ao constituir um fim e não apenas um meio. Entretanto, o crescimento é necessário para atingir o desenvolvimento, o que leva a enunciar

como hipótese a necessidade de regulação pública para que os meios de crescimento adequados sejam selecionados e conduzidos a um bom termo.

Caberia então às políticas públicas o desenho de estratégias, definidas como ações projetadas que constituem os meios necessários para o crescimento e que possam contribuir para as finalidades do desenvolvimento. Embora o conceito de desenvolvimento transcenda a regulação da economia, relacionando-se a liberdade, justiça, equilíbrio e redistribuição (SEN, 1999), é também verdadeiro que esses fins dependem dos meios e do projeto econômico elaborado para uma determinada sociedade.

No caso específico dos municípios e das regiões administrativas ou de governo<sup>3</sup> que os abrigam, a realização desse projeto envolve um conjunto de operações logísticas, que planeja formas de distribuição e de circulação produtiva, quer da produção material (bens tangíveis) ou imaterial (os intangíveis - ideias e informação). Essa logística prevê o conteúdo e a forma de distribuição dos bens, sua articulação produtiva e distributiva a partir de um desenho de como e para que circulam, estabelecendo redes e sistemas. Pode-se dizer que a arquitetura dessas redes e sistemas conforma o conjunto de estratégias de desenvolvimento, que podem ser promovidas pela regulação pública.

Assegura-se o papel desempenhado pela regulação de natureza pública de criar as estratégias mencionadas, a fim de dirigir projetos em contextos incertos (ASCHER, 2007), transitando de um modelo de planejamento ao de gestão estratégica tanto de regiões como de cidades e municípios.

Enquanto o modelo de planejamento moderno se pautou pelo estabelecimento de princípios de organização espacial, de que são exemplo os Planos Diretores, a contemporaneidade exige um novo modelo de desenvolvimento que envolve o urbanismo. Nesse novo modelo, a gestão reflexiva é entendida como o projeto de um conjunto de estratégias que engloba múltiplos subprojetos, capazes de idealizar ações e coordenações para um ambiente incerto. Nesse ambiente incerto, pautado pela aceleração e transformação veloz da economia (o que envolve ciclos curtos de produção e consumo, ascensão e declínio de mercadorias e de processos produtivos, flexibilização das relações de trabalho e flutuação dos níveis de emprego), ações de curto e médio prazo, em grande e pequena escala, articulando interesses gerais e de setores específicos da sociedade, precisam ser formuladas e implantadas (ASCHER, *op. cit.*).

---

<sup>3</sup>As Regiões e Sub-regiões Administrativas foram criadas como instrumentos de regionalização, em 1967. A primeira divisão regional proposta para o Estado de São Paulo incluiu o Sudoeste Paulista e o Município de Itaberá na RA de Sorocaba. As Regiões de Governo foram criadas em 1984, como parte da política então vigente de descentralização administrativa (ESTEVEZ, 2009). Com a criação das Regiões de Governo, constituiu-se a RG de Itapeva, e somente em 2007, foi aprovada a criação da 16ª Região Administrativa de Itapeva, desmembrada da RA de Sorocaba, abrangendo 32 municípios.

A existência desse conjunto de problemas inusitados próprios da sociedade atual demanda subverter a lógica linear do planejamento, caracterizada por diagnóstico, identificação de necessidades e projeto, substituindo-a por uma agenda ágil, ou gestão heurística e recorrente (ASCHER, 2007). Essa gestão tem por finalidade modificar e retroalimentar o projeto inicial, pensando a sociedade e o desenvolvimento enquanto processo, urgindo pela redefinição constante da estratégia.

Esse novo método prioriza os objetivos, estimulando atores públicos e privados gerenciados por formas de regulação que os articulem, para encontrar meios eficazes de alcançar os fins em benefício da comunidade. Esse tecido estratégico se pauta pela diversidade, pois decisões igualitárias se mostram equivocadas frente à diversidade e à especialização de territórios. Fazem-se necessários, portanto, enfoques específicos, desenhados conforme a especificidade territorial, que poderia ser identificada com as dimensões regional e municipal.

A adaptação do planejamento de municípios e regiões às diferentes necessidades exige personalização de soluções, demandando redes e sistemas - técnicos, informáticos, de comunicações, de serviços, apoiados em redes de transportes e de distribuição (ASCHER, *ibid.*). As redes são verdadeiras "centrais de deslocamentos", proporcionando visibilidade aos serviços, distribuindo e disseminando a produção e a informação de sua existência e disponibilidade. Articulam distâncias de natureza material ou digital, viabilizando a disseminação de informações e a circulação de mercadorias originadas em nível local.

Com a finalidade de implementar tais redes, articulam-se sistemas de infraestruturas e equipamentos, amparados por intervenções públicas que coordenam de formas variadas múltiplas associações, como consórcios, concessões e subsídios a serviços. Essas redes possibilitam a organização da produção, transporte e distribuição, determinando assim uma logística integradora das formas específicas do processo no território.

Esse desenho do território resultante da disseminação da informação, ao projetar sua logística define-se como reprodução de um capital de conhecimento, fundamentado no sistema em redes. Gorz (2005) frisa que a multiplicação exclusiva do dinheiro não consiste em criação de riqueza e que o crescimento da economia pautado na "pilhagem do bem comum" e no desmonte da coletividade produz miséria e não prosperidade. Assinala que é necessário criar uma "outra economia", em que as capacidades humanas sejam plenamente desenvolvidas e aproveitadas. O desenvolvimento regional é, assim, um instrumento de realização de sistemas organizados em redes que podem ter o apoio de políticas públicas, em meios sociais e comunidades que se encontrem fragilizadas devido à precariedade que as transformações produtivas (o declínio industrial e a modificação dos padrões de emprego) e dos mercados e relações de trabalho desencadeiam.

Ainda Gorz (2005) enfatiza que a disponibilidade e a pesquisa de informação, por exemplo, é no atual quadro do capitalismo um bem colocado a serviço da produção de monopólios de conhecimento, ao gerar rendimentos exclusivos para as empresas. Caberia à ação pública, portanto, através de políticas de regionalização que conduzam à formação de redes e sistemas, contrabalançar a

tendência exclusivista à apropriação privada desse rendimento, repassando à comunidade o benefício e transformando o domínio de informações e de sistemas de transmissão e circulação destas e de mercadorias em utilidade social e valor de uso: um valor que se fundamenta na inteligência e na imaginação, representada pela criação de tecidos de informações.

A informatização dos setores produtivos, como da indústria por exemplo, transforma o trabalho em gestão de um fluxo de informações, dependendo a qualidade do desempenho de aspectos sistêmicos, conforme assinalado por Veltz (*apud* GORZ, *op.cit.*). O computador e a gestão em rede que proporciona pode se constituir em um instrumento universal, acessível se disponibilizado e gerido em benefício do corpo social. Essa gestão para a qual políticas e atores públicos são primordiais contraria a valorização do conhecimento como um bem escasso, para fazer dele um bem coletivo e abundante.

As redes representam a possibilidade de viabilizar um “capitalismo cognitivo” (GORZ, *ibid.*), capaz de sobreviver a algumas condições frágeis presentes na articulação de suas categorias fundamentais, a saber: o trabalho, o valor e o capital. Nas condições capitalistas atuais, a força produtiva não mais pode reduzir o saber a um índice homogêneo, que possa ser medido em termos de valor e tempo, pois o saber não é uma mercadoria qualquer.

Na era da produção informatizada desse saber, a digitalização de dados fundamentando redes de conhecimentos gera um valor monetário inestimável. Esse saber é reprodutível, disseminável e sua difusão não tem custo. A privatização do conhecimento produzido surge como contradição, e o caráter difusor das redes no benefício de comunidades usuárias parece o destino natural para informações organizadas. Essas uma vez a serviço da logística podem então gerar um patamar de eficácia de aplicação desse saber à disposição e à qualidade das relações e dos meios produtivos no território.

As estruturas organizacionais contemporâneas são reticulares (ASCHER, 2007), o que significa se organizar e funcionar em rede. As diversas redes possíveis se relacionam e interconectam. Dessa forma, a regionalização pode ser compreendida como um sistema de múltiplas redes, geradas de acordo com os interesses locais e regionais: redes de comunicação, de infraestruturas, de transportes, de arranjos produtivos locais e regionais, de solidariedade etc...

Essas estruturas indicam, assinala Ascher (*ibid.*), a formação de redes de interdependência entre indivíduos, comunidades e instituições. Esse autor denomina esse sistema de redes *comutativas*, porque relacionam e criam solidariedades entre os indivíduos e as organizações e instituições, constituindo assim sistemas de interesses coletivos. As redes funcionariam como instrumento para diminuir as assimetrias entre regiões, aproveitar os recursos e potencialidades endógenas das regiões, promover uma ordenação do território guiada pelos objetivos estratégicos desenhados e garantir maior participação dos cidadãos na resolução dos problemas regionais (CAIADO, 1996).

## Gestão regional no estado de São Paulo: a Região Administrativa de Itapeva e o Município de Itaberá

As discussões até aqui realizadas fundamentam o tema do desenvolvimento regional, proporcionando subsídios para pensá-lo de forma aplicada à região sudoeste do estado de São Paulo, especificamente, ao caso da 16<sup>a</sup>. Região Administrativa ou mesorregião do estado, a Região de Itapeva, com 32 municípios e que abrange o município de Itaberá. A 16<sup>a</sup>. Região Administrativa é de criação recente, tendo sido aprovada em janeiro de 2007, pela Assembleia Legislativa do Estado. A criação sucedeu à derrubada do veto do governo do estado, aprovando o Projeto de Lei no. 695 de 2001, de autoria do então Deputado Campos Machado. A criação deu um passo significativo para o aumento de arrecadação e para a agilização de prestação de serviços públicos à população.

Deve-se frisar que entre as competências da Região Administrativa criada estão a melhoria do serviço público e a articulação da ação dos órgãos da administração pública estadual. Deve também a Região Administrativa implementar projetos, planos e programas para o desenvolvimento; elaborar sugestão aos órgãos para a adoção de programas e projetos adequados à região; além de fortalecer a integração inter-regional no Estado e a assistência técnica aos municípios (CAIADO, *op. cit.*).

Entende-se por mesorregião a subdivisão dos estados composta por diversos municípios pertencentes à determinada área geográfica. Essa divisão foi criada, entretanto, pelo IBGE para fins estatísticos e não constitui uma entidade política ou administrativa, o que foi corrigido pela criação da figura da Região Administrativa. Por definição, os municípios de uma mesma mesorregião ou região administrativa apresentam características econômicas e sociais similares. Entretanto, a despeito das dificuldades que possam compartilhar os municípios associados, a identificação de uma rede de municípios solidários em função de problemas comuns é uma visão parcial, pois a ideia da dimensão regional conduz à percepção de potencialidades de desenvolvimento conjunto. Argumenta-se que o estabelecimento de mecanismos sistêmicos e em rede é fundamental como instrumento para a promoção de níveis satisfatórios de desenvolvimento.

No entanto, a despeito dos avanços representados pelo desmembramento da Região Administrativa de Sorocaba e pela criação da 16<sup>a</sup>. Região Administrativa, estas ações de natureza político-administrativa não são suficientes para o impulso ao desenvolvimento local e regional, que não pode se pautar unicamente em programas de expansão de incentivos e de arrecadação fiscais (CAIADO, *ibid.*), a fim de incentivar e agilizar investimentos. A atração de investimentos, no caso da fixação da indústria e geração de serviços, depende, entre outras ações, do oferecimento de vantagens estruturais. Entre essas vantagens se encontra a realização de infra-estrutura, viária, educacional (capacitação da mão de obra), eletrificação e, o que é fundamental, a geração de grande quantidade de serviços de apoio à produção.



O conceito de desenvolvimento endógeno das regiões (AMARAL FILHO, 1996) pode então ser definido como um processo de contínua ampliação em escala regional da capacidade de agregar valor à produção, bem como de a região absorver e reter o excedente econômico gerado pela economia local, assim como atrair excedentes de outras regiões. Um modelo de desenvolvimento regional deve obter como resultado a expansão do emprego, do produto e da renda, modelo que deve ser idealizado e gerido por atores locais e regionais.

Dessa maneira, não é possível omitir da pauta do desenvolvimento regional a promoção da sustentabilidade, entendendo-a, no caso da região abordada, como o conjunto de ações voltadas ao controle da exaustão e do empobrecimento do solo, do desmatamento, do assoreamento dos recursos hídricos, uso inadequado de agrotóxicos, e o controle dos dejetos residenciais, industriais e a poluição dos rios. Observe-se que uma das maiores riquezas da Região Sudoeste é constituída pela trama hídrica e pela fartura de bacias hidrográficas.

No Estado de São Paulo, a regionalização deve sua história à criação das regiões e sub-regiões conhecidas por regiões administrativas, em 1967. Essa divisão, ao levar em conta critérios de polarização e o tempo de acessibilidade dos municípios ao polo regional, caracterizou as regiões pela dependência de um centro urbano melhor equipado, fazendo o papel de capital regional ou cidade-polo (ALVIM, 2003). Sob essa estrutura foram então criadas 10 regiões e 48 sub-regiões e em todas as sedes um Escritório de Planejamento, para integrar as políticas setoriais às esferas do governo estadual e municipal. Esses escritórios funcionaram apenas como centros de informações de dados (ALVIM, *op. cit.*).

Essas transformações visavam corrigir, entretanto, as desigualdades regionais ao promover a descentralização industrial, chegando-se a cogitar a criação de incentivos fiscais destinados a premiar a instalação de Distritos Industriais com o objetivo de dinamizar áreas e regiões marginalizadas e desfavorecidas. Os níveis de decisão se mantinham ainda fortemente vinculados ao governo central.

Na década de 1970, nas gestões estaduais de Laudo Natel (71-5) e Paulo Egydio Martins (75-8), os planos de desenvolvimento regional se voltaram basicamente à promoção dos eixos viários, ainda com a finalidade quase exclusiva de promover a atração e a operação industrial. Essa política teve como decorrência a inauguração de rodovias, como a Rodovia dos Bandeirantes em 1978 que possibilitou que a região de Campinas pudesse receber indústrias que provinham de São Paulo.

Durante a década de 1980, sobretudo no governo André Franco Montoro (83-6) investimentos vultosos em infraestrutura de transporte (pavimentação de estradas vicinais) permitiram aperfeiçoar o escoamento da produção agrícola. A modernização ferroviária e hidroviária, e a construção de eclusas que permitiram a navegabilidade em mais de 400 quilômetros da hidrovía Tietê-Paraná, podem ser apontadas. Nesse período, a despeito da grande ênfase em estratégias de infraestrutura físicas voltadas à consolidação da atividade industrial, a administração pública estadual reconhecia que o município e a região eram as

formas administrativas e territoriais mais próximas do cidadão, fortalecendo essas instâncias.

No governo Orestes Quércia (87-90) aprofunda-se o processo de interiorização e desconcentração industrial, acentuando os investimentos de vulto realizados em infraestrutura e transportes, e a criação dos Escritórios Regionais de Planejamento que se integram à Secretaria de Economia e Planejamento, responsável pela administração regional.

Observa-se que no período analisado, formam-se já as bases de uma estrutura física de infraestruturas que possibilitam a ligação das regiões do estado de São Paulo, até então marginalizadas dos principais pólos de desenvolvimento. No caso da Região de Itapeva, essa marginalização ocorre devido à débil participação histórica da região nas oportunidades de desenvolvimento. A região sudoeste do estado, mesmo dotada de municípios com vasta extensão territorial, apresenta vazios demográficos, devido à presença de generosos termos ocupados por latifúndios. O desequilíbrio entre latifúndios e pequenas e médias propriedades vem gerando conflitos de terra e reiterados movimentos de invasão.

A ocupação e os usos da terra nos municípios do sudoeste do Estado de São Paulo em sua maioria se fundamentam na atividade agrícola e no agro-negócio, principais bases econômicas regionais. Concentrando também pequenas e médias propriedades responsáveis pela produção de alimentos voltada ao mercado de consumo local, essas convivem hoje com os latifúndios tecnificados, situação que acarreta profundas desigualdades de geração de emprego e distribuição de renda. A situação se agrava mediante a presença de uma população pouco qualificada, com baixos índices de escolaridade (NOGUEIRA, 2005).

A despeito dos problemas apontados, a Região Administrativa de Itapeva conta hoje, no entanto, com a estrutura de administração pública voltada à promoção do desenvolvimento e da integração regional. Essa estrutura, que tem na Secretaria de Agricultura e Abastecimento a instituição geradora de ações relevantes, conta ainda com dois Polos Regionais de Desenvolvimento Tecnológico dos Agronegócios da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA) – Sudoeste Paulista e Vale do Ribeira. Isso indica o forte comprometimento e apoio do ente público a essa modalidade produtiva. Esses polos contam com quatro Unidades de Pesquisa e Desenvolvimento (UPDs), localizadas nos municípios de Itaberá, Itararé, Itapetininga e Capão Bonito.

A densa bacia hidrográfica existente e o clima ameno possibilitam a produção de cereais – feijão, milho e arroz, bem como de frutas de clima temperado. Áreas destinadas à suinocultura, pecuária e produção de leite e laticínios se destacam, assim como intensa atividade de reflorestamento (NOGUEIRA, *op. cit.*). A Secretaria do Meio Ambiente vem atuando através de quatro Estações Experimentais e quatro Estações Ecológicas, do Instituto de Reflorestamento.

Políticas de qualificação profissional vêm sendo também acionadas, principalmente de Ensino Médio Profissionalizante, com Escolas Técnicas (ETEs) na área de Ciências Agrícolas, que hoje envolvem os municípios de Itapetininga, Itapeva, Taquarivaí e Sorocaba. A presença dessas iniciativas atesta a necessidade

de fortalecer uma estratégia intermunicipal de capacitação e qualificação no setor agrícola, possibilitando aprimorar a mão de obra e agregar valor ao trabalho, podendo abranger os demais municípios da região.

As políticas públicas educacionais vêm sendo complementadas por parcerias com instituições privadas. Entre essas instituições, destacam-se o IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas, o SEBRAE, com Escritórios Regionais em Itapeva, Avaré e Sorocaba, com o programa Sistema Agroindustrial Integrado (NOGUEIRA, *ibid.*). O Centro de Desenvolvimento Empresarial (CDE) vem cuidando dos setores de alimentos e madeira, duas fontes produtivas que merecem atenção em políticas de desenvolvimento da Região.

O reflorestamento constitui uma atividade em expansão, desde o seu início em 1965. As condições de solo e as dificuldades de cultivo que este apresenta, assim como a topografia, foram fatores decisivos para o incentivo fiscal que vem sendo concedido ao reflorestamento. O solo arenoso e ácido constitui outra dificuldade, que demanda custos para a correção, dificultando o crescimento e a expansão de lavouras pequenas e médias. A necessidade de políticas regionais de provisão de créditos ao pequeno e médio produtor, para aquisição de meios e instrumentos produtivos, e de insumos e produtos existentes no mercado, capazes de corrigir as carências do solo, se evidencia. A despeito das dificuldades, a produção agrícola regional é diversificada (grãos, cereais, hortaliças e frutas) o que possibilita pensar em estratégias de investigação e desenvolvimento de nichos de mercado de produtos voltados a diferentes escalas: local, regional, nacional e global.

No entanto, as hortaliças e cereais inverniais (batata, tomate, pimentão), o cultivo de flores e frutíferas tais como citros, pêsego e ameixa, cultivados ainda em menor quantidade, requerem cultivo e técnicas mais sofisticadas, exigindo auxílio referente às técnicas de aragem, cuidado do solo, rega, prática de enxertos e plantio de mudas, bem como a construção e cuidado de estufas, demandando ações de formação e capacitação de mão de obra adequada a essas funções.

Culturas frutíferas exóticas, entre essas atemoia, nêspira, nectarina e lichia; o cultivo orgânico, a exploração de culturas em florestas, como as de palmito e pupunha, assim como na área de animais, a ranicultura e a piscicultura (fundamentadas na abundância hídrica da região), surgem também como possibilidades para elevar a produção e absorver mão de obra.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de enfrentar mercados de maior escala, através de produtos diferenciados, se impõe, pois, como desafio, o que exige a produção de bens de alto valor agregado através de beneficiamento, seleção, embalagem diferenciada, agilidade de transporte e eficiência distributiva. A ausência de redes de distribuição determina a subserviência dos produtores aos atravessadores. Esses, ao intermediarem as vendas e constituírem oligopólios interferem na composição do

preço. Por outro lado, a qualidade produtiva e o valor da mercadoria se relacionam diretamente à especialização e à qualificação do trabalhador, requerendo o aperfeiçoamento de suas competências para que outro patamar de qualidade seja atingido.

A simples diversificação dos produtos e potencial presença do agro-negócio não constituem em si o mote do desenvolvimento, pois é preciso considerar o enxugamento da mão de obra que pode ser absorvida pelo setor agrícola acarretado pela mecanização da produção rural. As grandes propriedades mecanizam a colheita e o beneficiamento de produtos, e exigem um número pequeno de trabalhadores fixos, utilizando mão de obra contratada por empreitada para os serviços intermitentes. Por outro lado, o aproveitamento da mão-de-obra menos qualificada (boias-frias) em colheitas e outros serviços determina a natureza sazonal do trabalho, exigindo redes regionais de solidariedade e organização de políticas que possibilitem absorver e redirecionar esses trabalhadores, nos períodos em que não estão empregados e possibilitando inseri-los em outras redes produtivas que possibilitem sua estabilização e ascensão social. A existência de programas de capacitação profissional é de fundamental importância, ao desenvolver habilidades e diversificar as possibilidades de atuação desse segmento. Por outro lado, os jovens de classe média evadem em busca de melhores oportunidades para o exercício de profissões liberais ou das relacionadas à capacidade produtiva regional.

As políticas de desenvolvimento regional dependem, como fica claro, da articulação produtiva que, entretanto, para atingir seus fins, necessitam de redes de informação e de circulação dessa rede. A disponibilidade de mão de obra, sua capacitação voltada às demandas produtivas precisam estar devidamente registradas, a fim de que sistemas de informação e de distribuição, quer de produtos, bens e serviços e também de capacidades e qualificações humanas, possam circular e estabelecer a rede regional que a dinâmica de desenvolvimento solicita. Redes de conhecimento, agilizadas por sistemas digitais de gestão, possibilitam investigar nichos e potencialidades de mercado, assim como qualificação da mão de obra através do controle e registro de disponibilidades, carências e necessidades. Essas redes permitem também a difusão técnica e tecnológica necessária ao desenvolvimento de atividades potenciais. As redes digitais são instrumentos valiosos para as políticas públicas, recursos de fácil acesso e operação e que não implicam elevados custos.

Outro recurso associado às redes digitais é o de organização de centros de distribuição concentrados em sistemas informáticos, alimentados por *softwares* de gestão, os quais podem vir a substituir a estocagem física. Os Centros de Distribuição (CDs) virtuais possibilitariam a agilidade de negócios regionais e também de escala superior, por disponibilizarem a informação logística, organizando e racionalizando a distribuição e os deslocamentos da produção e dos serviços. Relacionam-se diretamente à infraestrutura física de distribuição e circulação, organizando os destinos de bens e de serviços, registrando entradas e saídas de fluxos de negócios, gerenciando o sistema de origem e destino da produção e da mão de obra.

Redes digitais de sistematização e gestão de informações estão na base da possibilidade de articular os mercados que surgem como naturais e potenciais: o mercado estadual, regional e o abastecimento dos demais estados da Federação.

O apoio institucional ao desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (APLs) que fundamentem a organização da empresa familiar, das pequenas e médias empresas é também uma saída de diversificação produtiva e de capacitação, consagrada pela literatura especializada e passível de integrar esse complexo estratégico regional. Os APLs, se gerenciados através de sistemas digitais e de redes, podem estar fisicamente dispersos, e os sistemas em rede passam a gerir a articulação das atividades econômicas que os constituem em vastas porções de territórios.

O projeto e a aplicação de redes ou sistemas reticulares que permitem a representação simbólica ou o mapeamento de interesses e oportunidades de desenvolvimento permitem, através de coletivos identitários, reconhecer e instaurar a prática de relações de natureza dialógica. Os sistemas digitais, que possibilitam projetar redes, consistem em campos de troca e negociação, e de definição de espaços de conflitos e de resistência, ampliando o espectro da vivência democrática.

---

## Development networks and regional scope in fighting poverty: the City of Itaberá, Southwest Region of São Paulo

### ABSTRACT

The social and economic decline of municipalities and regions from the countryside of São Paulo State that have been suffering transformations due to the agricultural productive system mechanization and changes in its industrial productive basis, denunciate an urgent challenge, to be confronted by public managers and also by society. The replacement of old ways and productive content, and manpower's avoidance that are found in many municipalities in the countryside of Brazilian states searching for better opportunities, and the industrial production automation and agrobusiness show the need for analysis and for proposed of strategies development, capable of retrieving the virtuous circle of employment generation and income. The present study analyzes the Southwest Region of São Paulo, focusing in particular the Itaberá City, in the Administrative Region of Itapeva.

**Key-words:** Southwest Region of São Paulo State; Itaberá City; Regional Development; Networks and Systems; Strategy; Regional Networks and Digital Networks.

---

## REFERÊNCIAS

- ABASCAL, E.H.S., e BILBAO, C. A. *Projeto: topologia e intencionalidade, fronteiras*. Trabalho publicado em Anais do IV PROJETAR, São Paulo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, outubro de 2009.
- ALVIM, Angélica A. Tanus Benatti. *A Contribuição do Comitê do Alto Tietê à Gestão da Bacia Metropolitana. 1994-2001*. São Paulo, FAUUSP, Tese de Doutorado, 2003.
- AMARAL FILHO, Jair. "Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista", in *Planejamento e políticas públicas*. Brasília, IPEA, no. 14, dezembro de 1996.
- ASCHER, François. *Los nuevos principios del urbanismo*. Madrid, Alianza Editorial, 2007.
- CAIADO, Maria Célia Silva. "O padrão de urbanização brasileiro e a segregação da população na Região de Campinas. O papel dos instrumentos da gestão urbana", Trabalho apresentado no XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP", 1996.
- COHEN, Tamara Tania Egler (org.) *Ciberpolis. Redes no governo da cidade*. Rio de Janeiro, 7Letras, 2007.
- ESTEVES, Hugo Cardoso. *Desafios para o desenvolvimento regional: o caso do Município de Itaberá, Estado de São Paulo*. São Paulo, Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo da UPM, outubro de 2009.
- GORZ, André. *O imaterial. Conhecimento, valor e capital*. São Paulo, Anna Blume, 2005.
- LOPES. A. Simões. *Desenvolvimento regional*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.
- MOTTA, Raúl. "La seducción de las redes (sociales)", pp. 12-4, 2000, disponível em <http://www.complejidad.org/iipc/colo3.doc>.
- NOGUEIRA, Elizabeth Alves et. Al. "Pesquisa e desenvolvimento: prospectando demandas para a região sudoeste do Estado de São Paulo", em *Revista Agricultura*. São Paulo, v. 52, n. 1, jan./jun. 2005.
- PREFEITURA DE ITAPEVA. Portal Itapeva – "Política – Aprovada a criação da 16ª. Região Administrativa", disponível <http://portalitapeva.com/detalhe.asp>, acessado em 13.12.08, às 18h:00.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo, Cia. das Letras, 1999.